

O mundo revolto



Por RAFAEL R. IORIS* & ANTONIO A. R. IORIS**

Nenhum futuro será diferente sem que se transforme de alto a baixo o presente e se remova de cena quem vestiu uma fantasia fascista

Chegamos ao mês de maio de um ano fantasmagórico e de números duplicados - 2020 - em meio a uma pandemia que demora para chegar ao 'pico' ao mesmo em que age a todo vapor. Literatura e a história são alguns dos poucos 'respiradores' intelectuais que ainda temos para suportar tanta dificuldade e destruição desnecessária e sem sentido. Estamos exilados e sem nenhum Gonçalves que nos possa ajudar. Minha terra tinha palmeiras (verde-oliva), mas hoje querem prender o sabiá. "Não permita Deus que eu morra" sem que haja alguma explicação "Que não encontro eu cá."

Difícil entender esse mundo revolto, dar conta da falta de saúde, emprego e perspectiva. Há uma insistência cega em preservar o que nunca funcionou para provar que tal país, como sociedade plural, não pode mesmo funcionar. Ares fascistas agravam ainda mais a virulência da situação. Importante ter em mente que fascismo, assim como genocídio, são processos genuinamente modernos, umas das marcas registradas da modernidade ocidental. Houve certamente violência, massacres e tragédias ao longo da história, mas uma das 'contribuições' da modernização foi coordenar a (des)organização social em função de objetivos ideológicos, políticos e econômicos coerentes com o avanço autoritário da ordem capitalista.

Há quase um século, em 1921, uma das mais notórias vítimas do nazifascismo alemão, Walter Benjamin, também uma das mentes mais criativas daquele período, no seu artigo "Crítica da Violência", discute a relação entre lei e justiça para examinar as contradições de se aplicar meios violentos para se buscar fins justos. Considerando a experiência brasileira à luz das ideias de Benjamin, a modernização econômica teve que fazer uso constante de grande violência (anti-trabalhador, anti-povo, anti-quem-não-for-branco macho) para garantir os objetivos de um desenvolvimento que se apresenta com justiça mas que, no final, é marcadamente injusto.

As múltiplas crises relacionadas ao Covid-19 devem ser compreendidas como novas manifestação de distorções e desigualdades acumuladas no tempo e no espaço. E do mesmo ninho de onde saiu a incapacidade voluntária de lidar com a pandemia, a serpente já tinha chocado o ovo do neoliberalismo, hoje envolto em uma nova roupagem, a do neofascismo, ou neoliberalismo autoritário.

Ao redor do mundo, o projeto neoliberal tem, basicamente, dois propósitos: primeiro, responder de forma controlada e premeditada ao que se considerava como falhas no modelo centralizador-estatizante. Segundo e mais importante, criar condições para renovar mecanismos de acumulação de capital e preservação de privilégios para quem não precisa trabalhar através de estratégias rentistas, ataque ao patrimônio coletivo (incluindo serviços de saúde), sobre-exploração do trabalho e máxima alienação.

Porém, o neoliberalismo à la brésilienne tem um DNA ainda mais venenoso, sempre fiel à bula da *Mont Pelerin Society*, mas com traços da antropofagia mais aberrante que nossa nova-velha elite pôde encontrar. Como sempre aconteceu desde a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), o grande partido da elite nacional, o Exército Brasileiro, está sempre pronto e encilhado para cumprir sua missão histórica: proteger o país das possíveis ameaças representadas pelo seu povo.

Hoje, o Covid-19 lhes dá uma chance extraordinária de executar novamente a missão de manter a população controlada e a

a terra é redonda

um passo da morte (qualquer morte, são todas úteis à causa). Mas para entendermos o caráter autoritário e ao mesmo tempo neoliberal do neofascismo em expansão no mundo de hoje, cabe diferenciar o fascismo histórico dos anos 1930, repicado pela ditadura de 1964, do neofascismo global que no Brasil embarcou na canoa furado do atual (des)governo.

Tendo na experiência italiana de Mussolini nos anos 20 e 30 como seu protótipo, o fascismo teve no seu hibridismo seu maior apelo. Ao combinar valores tradicionais, com o culto da família e da pátria, mas combinando propostas inovadoras e progressistas para a época, como reforço aos sindicatos e programas sociais (demandas avançadas originalmente pelo movimento socialista da virada do século), a ideologia fascista foi capaz de atrair adeptos em variados segmentos sociais. Complementando a pluralidade polissêmica de sua plataforma (onde cada um via o apelo que queria), a teatralidade e dramaticidade das formas pelas quais o movimento se articulava (com grandes aglomerações em meio a produções cênicas grandiosas) ajudaria muito no angariamento de numerosos adeptos.

Mas além de um agregado diverso, muitas vezes esquizofrônico, de propostas, o fascismo histórico respondia também a necessidades materiais reais de seus apoiadores. Mussolini e Hitler, assim como talvez seu melhor simulacro no contexto latino-americano, Perón nos anos 40, promoveram a ampliação do papel do estado nacional na coordenação da atividade econômica, especialmente na ampliação da infraestrutura como ferrovias, assim como regulador chave da relação capital-trabalho. Ao atacar a política liberal como divisionista e insuficiente, pois ausente no amparo ao trabalhador desempregado ou subempregado, a nova lógica coletivista promovia, ao mesmo, uma sensação de pertencimento além do apoio efetivo oferecido via empregos e salários. Dessa forma, refutando o abstencionismo do liberalismo econômico, assim como o teor classista da crítica socialista, a ideologia fascista ampliava seu apelo sob o manto de uma grande família nacional agindo em conjunto, apelo reforçado pela retórica paternalista do grande líder salvador (macho, agressivo e patriarcal).

Se funcional para a criação de um sentimento de coletividade coesa sob a bandeira nacional para muitos, talvez a maioria, a aura salvacionista do discurso unificador era mantida ao preço da exclusão de tantos outros. Judeus, estrangeiros, gays, intelectuais críticos, então, assim como agora, especialmente os últimos, eram, e são, as primeiras e mais óbvias vítimas. Revelava-se, assim, (e revela-se hoje) a hipocrisia central da falácia da pátria unida que, para tanto, só pode ser construir sob, de fato, sob a lógica da exclusão. É aqui que os paralelos históricos se tornam ainda mais evidentes. O judeu execrado de então se converte no imigrante latino nos Estados Unidos de Trump, e no esquerdista destruidor dos valores da família cristã brasileira em 64, assim como nos dias hoje.

Mas enquanto o fascismo histórico apresentava uma agenda de reformas socioeconômicas importantes, ainda que implementadas por meios ilegítimos, sua versão empobrecida dos dias de hoje se ancora na também empobrecida versão do liberalismo clássico oferecida pelo neoliberalismo ao defender, em paralelo à reprodução do discurso de unidade nacional, a noção de estado mínimo e mesmo, paradoxalmente, de um sociedade composta por indivíduos atomizados pelo mercado. E assim, nessa sua última iteração em curso, como grande farsa histórica, o neoliberalismo autoritário traduzido como plataforma eleitoral no neofascismo em expansão à la Trump, Orban, Netanyahu, Putin, Modi, Erdogan, e especialmente Bolsonaro, a retórica unificadora-exclusivista (do ‘nós contra eles!’) e o estilo tragicômico-agressivo do líder salvacionista é mantida, ao passo que a agenda social se revela oca, talvez mesmo reacionária e destruidora de direitos e a ladainha econômica neoliberal (da meritocracia do *fiz por merecer* e do culto empreendedor-salvador) se aprofunda, avançando em segmentos sociais até então mais imunes ao seu apelo, como entre a dita ‘nova classe C’ brasileira – processo em grande parte resultado na também empobrecida versão hodiernado calvinismo clássico apresentada pela atomizante Teologia da Prosperidade do neopentecostalíssimo em ascensão.

Assim, se por um lado, temos a construção de um sentimento de pertencimento oco, pois negacionista das reais diferenças de raça, classe, gênero, etc., existentes, sob o lema ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!’ (versão fárssica do *Deutschland über alles*), capaz de agregar apoiadores em diversas camadas sociais, dos Jardins à periferia dos grandes centros; por outro lado, temos a efetiva entrega de todos à selvageria de uma economia de mercado com menos regulação e menores redes de proteção social.

Nesse emergente *laissez-faire* autoritário, onde a lógica liberal individualista floresce, projetos coletivos só podem ser dados por elos de pertencimento difusos e abstratos, como religiosidade e o manto do grande líder (alçado à condição de mito a seus mitófilos), já que qualquer outra identidade partilhada (trabalhadores) é vista como divisionista e ameaçadora.

Não surpreende, pois, que os implementadores desse projeto (sim, pois há lógica na loucura em curso!) sejam os viúvos saudosistas da linha dura do regime empresarial-militar dos anos 60 e 70. De fato, serão membros das forças armadas que

a terra é redonda

não aceitaram nem a vergonhosa transição (lenta, gradual e segura) conduzida ao longo dos últimos anos da gestão Geisel e Figueiredo, como General Heleno, então assessor do principal opositor interno, General Sylvio Frota, assim como sua versão civil, Paulo Guedes, ideológico do modelo econômico Pinochetista dos anos 70, que chancelaram a própria viabilidade política do tenente Bolsonaro (conhecido como ‘Cavalão’ entre seus colegas paraquedistas!), veículo eleitoral necessário para o jogo eleitoral cínico de 2018, mas possivelmente dispensável no futuro.

Não surpreende tampouco que a versão supostamente mais humana da defesa rediviva desse autoritarismo seja Regina Duarte, a namoradinha da ditadura que também sente saudades dos *anos de chumbo* ao cantar o hino fascista da copa de 70, ‘Pra Frente Brasil’, na TV, como defesa dos bons tempos onde a tortura não importa(va): “como era bom poder cantar!”

Mas se há saudosismo do período da chamada linha dura, esse se resume ao seu estilo e aos seus métodos fascistas, tortura mesclada-legitimada pelo ufanismo, mas não, ironicamente, ao que de fato, era mais importante para legitimar o regime de então, o crescimento econômico (autoritário e insustentável) via investimentos e coordenação econômica estatal do “milagre!».

Nesse aspecto, a nostalgia pela ditadura revela seu caráter ainda mais cruel. Sente-se saudade, não das novas oportunidades de emprego (concentradoras de renda e favorecedoras das classes médias, é claro!) e crescimento econômico, mas puramente do culto a uma nacionalidade excludente e ao grande líder de então, assim como aos próprios meios pelos quais tal narrativa podia ser propagava nos telejornais noturnos: a tortura dos porões dos DOI-CODI e das delegacias e grupos de extermínio por todo o país.

É certamente frustrante saber que essa mescla de velhos despotismos e novas inverdades continuam a formar a base social e política do país, destiladas e reveladas de modo irrefutável nos últimos anos. Torna-se revoltante ver que o governo federal trabalha com afinco a favor do vírus patológico e da patologia neoliberal, ao mesmo tempo que seus críticos estejam ilhadados pelos riscos da pandemia e pela morbidez da desmobilização.

Mas é preciso aprender com nossas desgraças acumuladas e buscar forças para garantir liberdade aos sabiás, mesmo que de asa quebrada. O passado serviu a poucos, consolidando, assim, os problemas atuais.

Nenhum futuro será diferente sem que se transforme de alto a baixo o presente e se remova de cena quem vestiu uma fantasia fascista (sem máscara e sem luva) para as marchas fúnebres neofascistas em curso.

***Rafael R. Ioris** é professor da Universidade de Denver (EUA).

****Antonio A. R. Ioris** é professor da Universidade de Cardiff (Reino Unido).